



Entrevista sobre a aprovação da política de cotas raciais

Equipe editorial

[Jornal]: Qual será impacto da aprovação das cotas raciais na universidade Estadual de Maringá?

[prof. dr. Delton Felipe]: Baseando-me nas universidades estaduais e

federais que já adotam cotas raciais, acredito que a aprovação dessa política à população negra trará mudanças significativas. A primeira será uma alteração na composição do corpo discente, permitindo que ele seja mais diverso e mais colorido. Esse fator colaborará para que a organização social da universidade fique mais parecida com a comunidade a qual ela está inserida, criando nos sujeitos dessa comunidade um sentimento de que esse espaço também é para eles.

A segunda será na produção de conhecimento mais diversificado. Sabemos que o ensino superior no Brasil, em especial o público, é *um lócus* privilegiado para pesquisas e produção de saber. Com a maior inserção de aluno e alunas negras nesse espaço, temas referentes a essa comunidade farão parte da agenda de pesquisa da UEM não mais como objeto, mas sim como sujeitos da produção do conhecimento, o que faz com que os saberes elaborados e difundidos pela universidade fiquem mais realistas, ou seja, façam mais sentido para os grupos que historicamente foram excluídos e que veem no ensino superior uma possibilidade de ascensão social, de produção de igualdade material e de construção de representatividade simbólica valorativa.

A terceira mudança é que a presença de um maior número de alunos negros e alunas negras na universidade, para além de ajudar a combater as desigualdades sociais, auxiliará também a dirimir o racismo ainda presente em nossa sociedade. A população negra ao adentrar nesse espaço colaborará para que as pessoas que não convivam com esses sujeitos possam aprender

sobre sua cultura, sua subjetividade e sobre as relações de poder que organizaram o local que cada grupo ocupa no tecido social.

Além disso, esses discentes ao se formarem tornam-se profissionais que ao ocuparem consultório médicos, escritórios de advocacias e salas de aulas como professores, ajudarão a construir uma representatividade positiva para as próximas gerações, pois entenderão que pessoas negras podem ocupar qualquer atividade social, e se isso foi diminuto até hoje, não foi por falta de esforço ou mérito, e sim de oportunidade.

[Jornal]: Quais as próximas ações que a universidade deve realizar para garantir a efetividade das políticas de cotas raciais?

[prof. dr. Delton Felipe]: A primeira ação que a universidade deve realizar começa na seleção do vestibular, é fundamental que a UEM constitua comissões de verificação para que o público alvo dessa política de ação afirmativa realmente esteja na universidade, como estabelece a Portaria número 4 de 26 de Abril de 2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O público alvo das cotas raciais são pessoas fenotipicamente negras (pretos e pardos), isso porque no Brasil o racismo é de marca (aparência) e não de origem (genética).

Esse cuidado permitirá que essa ação afirmativa não tenha desvio de finalidade, visto que apesar das cotas raciais terem um compromisso com o passado, com a reparação histórica por tudo que as pessoas negras passaram no Brasil: 350 anos de escravidão e mais de 130 de uma cidadania subalterna, as cotas raciais também tem compromisso com o futuro, visando gerar representatividade positiva, permitindo que as pessoas negras ocupem as diversas funções e com isso construir um novo imaginário de possibilidades para as gerações futuras.

Uma outra ação que acredito ser fundamental é a universidade constituir políticas de permanência e sucesso, pois as cotas raciais para atingirem seus objetivos, é preciso três passos. O **acesso**, que foi aprovada nesse 20 de novembro; a **permanência**, pela construção de espaços de acolhimento e acompanhamento dos alunos e alunas que adentraram a UEM, inclusive com a elaboração de programas de bolsas para que esses sujeitos possam se manter na universidade. E por fim, o **sucesso** que incide em questionar o

racismo institucional existente na elaboração dos programas das disciplinas ministradas em cada curso, como a falta de temas que versem sobre relações raciais no Brasil, além de incluir um maior número de intelectuais negros e negras como referência de estudos em sala de aula.

Agradeço o espaço e reafirmo que toda a sociedade ganha com a inclusão e com políticas que permitam a efetivação da igualdade material, como consta na nossa Constituição Federal de 1988.